

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Alcochete  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal  
Eximas Sras. e Srs. Vereadores  
Eximas Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal  
Eximas Sras. e Srs. Representantes de Instituições e Associações Locais  
Eximas Sras. e Srs. Convidados

Alcochetanas e Alcochetanos

Celebramos hoje, mais um aniversário do 25 de Abril. O quadragésimo primeiro aniversário da Revolução.

No início da minha intervenção, não posso deixar passar a oportunidade para expressar nesta simbólica cerimónia, em meu nome pessoal e em nome da Comissão Política Concelhia do PSD, que represento, a minha profunda gratidão aos militares de Abril, pelo que fizeram, pelo que arriscaram e pelo que representam para Portugal e para os portugueses. Por isso, a minha mais sentida homenagem.

Foi a partir desse momento histórico que Portugal iniciou um percurso de notável desenvolvimento socioeconómico e inegável melhoria nas condições de vida dos portugueses.

Muito por força da nossa integração na União Europeia, que tem permitido corrigir assimetrias, que certamente não estávamos em condições de ultrapassar sozinhos.

Indiscutivelmente, a ajuda europeia proporcionou um inegável salto qualitativo em todos os sectores da nossa vida.

Porém, o caminho que foi trilhado nem sempre foi sinónimo de uma cultura de rigor e exigência perante as dificuldades que o progresso acarreta.

Houve tempos, em que a nossa apetência pelo despesismo e a nossa impotência para responder com determinação às incertezas do mundo contemporâneo conduziram a um excessivo endividamento e um descontrolo das contas públicas.

As consequências são bem conhecidas e levaram a que Portugal tivesse, pela terceira vez e em Democracia, de pedir assistência financeira aos nossos parceiros internacionais.

---

Felizmente que Portugal chegou a Maio de 2014, data em que tendo

concluído com sucesso o programa de ajustamento e cumprido com tudo aquilo a que se comprometeu.

Assim, hoje e passado quase um ano, é possível efetuar uma breve reflexão e ponderar, em conjunto, o rumo que devemos prosseguir.

Saímos do programa mas não saímos das dificuldades.

Estas persistem.

Por isso mesmo, é com uma cultura de contenção e de responsabilidade que temos de continuar a gerir as nossas contas públicas.

Continuamos em tempo de corrigir erros, de ajustar realidades, de continuar a limar arestas de modo a ser possível deixar entreaberta uma janela de esperança.

Só podemos ser verdadeiramente livres quando formos capazes de afirmar a nossa soberania no seio da União Europeia e no concerto das nações livres do mundo ocidental.

Quando formos capazes de afirmar a nossa credibilidade e de merecer a total confiança dos nossos parceiros, das instituições e mercados internacionais.

Não podemos falhar quando todo o mundo confia em nós.

A crise financeira e as dificuldades internas não podem servir de desculpa para justificar erros e incapacidades.

Portugal não pode tornar a errar.

Minhas senhoras e meus senhores.

Todos sabemos que ainda há um longo caminho para percorrer. Todos sabemos que é imperativo nacional, continuar a reformar o Estado, tanto a nível central como a nível local. Todos sabemos que a racionalidade e a responsabilidade, impõe-se nos nossos serviços públicos, para que se possa, com eficácia, melhorar a prestação destes serviços.

Muita coisa já foi feita ao nível da reforma do Poder Local.

A reorganização administrativa territorial autárquica, a reestruturação estratégica do sector empresarial do Estado e a modelação orgânica imprimida às Entidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, foi implementada uma nova Lei das Finanças Locais, o regime jurídico das Autarquias Locais, criado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que visou a regularização das

dívidas dos municípios, e ainda a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, através da qual se veio disciplinar a execução orçamental e controlar o endividamento de curto prazo dos municípios.

Tudo isto já foi feito mas temos muito ainda a fazer.

O atual Governo teve, face às falências dos modelos de estrutura e funcionamento das autarquias, de olhar com mais atenção para o Poder Local.

Umhas por serem excessivamente despesitas e pouco produtivas, outras por não controlarem os dinheiros públicos, correram o risco de não cumprir com as suas obrigações de natureza pública.

Deste modo o Governo tem vindo a imprimir mudanças capazes de garantir o futuro e melhor responder às necessidades das populações e das instituições.

Tornava-se indispensável reforçar a coesão e a competitividade territorial, melhorar a qualidade da prestação do serviço público, valorizar a eficiência na gestão e afetar os recursos absolutamente necessários, potenciando economias de escala.

Esta perspetiva reformista tem de continuar.

Existe um horizonte de modernização e descentralização que tem de ser alcançado. Nesse sentido, a descentralização administrativa é agora o próximo objetivo, indo ao encontro dos anseios dos autarcas portugueses que há muito a vêm defendendo.

Ao decidir avançar com o processo de descentralização, assumido como um dos principais pilares da reforma do Estado, o Governo apresta-se para brevemente dar início à transferência de um conjunto de competências para os Municípios e Entidades Intermunicipais, nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Cultura.

Não o faz, porém, de qualquer maneira.

O modelo de delegação de competências a desenvolver visa obter uma maior eficácia na organização dos serviços e conseguir ganhos na utilização dos meios.

Tudo a ser feito numa lógica de proximidade com as populações e a ser acompanhado do envelope financeiro necessário e suficiente, embora sem acréscimo na despesa do Estado.

Importa sublinhar ainda que este projeto de delegação de competências segue na esteira de outras iniciativas de descentralização a levar a efeito, das

quais se destacam:

- A programação e gestão do “Portugal 2020”, com o reforço das dotações para projetos operacionais de âmbito regional;
- O programa “Aproximar”, uma nova estratégia pensada para a reorganização dos serviços públicos, onde se prevê, pelo menos, a criação em cada concelho, de uma “loja do munícipe”, duma rede de “espaços do cidadão” e uso de “carrinhas do cidadão”.

Este é um programa que muito interessa à nossa terra.

Assim o queira o executivo municipal para Alcochete.

Devemos ter presente que se continuam a viver dias de austeridade.

Dias de alguma incerteza consequência de opções políticas erradas e mal conduzidas que, no antecedente, não souberam acautelar o futuro.

Temos é de estar preparados para atacar o fenómeno e minimizar os casos de emergência nos grupos expostos a maior risco.

Perante as dificuldades, o Governo reforçou a capacidade de resposta do estado social no combate direto à pobreza, como bem comprovam os indicadores do INE.

Pode-se assim afirmar que as desigualdades não aumentaram e que, com a recuperação da economia, o País terá capacidade para romper com os ciclos de pobreza que periodicamente emergem.

A sensibilidade social com os mais desfavorecidos tem constituído, e vai continuar a constituir, uma inequívoca prioridade do Governo. Contudo, o apoio aos mais necessitados deve mobilizar, não só o Governo, mas também toda a sociedade.

Deve mobilizar igualmente autarquias, IPSS, e outros movimentos solidários no seio das comunidades.

É isso que todos esperamos e queremos.

Importa ainda deixar uma palavra para a questão do desemprego.

Uma pesada herança e um flagelo que atravessa não apenas o nosso País mas também muitos outros países da União Europeia.

Ontem, hoje e sempre, o desemprego é será uma preocupação dominante do

Governo e da sociedade portuguesa, ao qual só uma agenda de desenvolvimento económico é capaz de dar adequada resposta.

Afinal, aquilo que o Governo se propõe agora promover depois de saneadas as finanças públicas.

Infelizmente, à volta do tema, muitos apenas fazem ruído, contribuindo mais para o avolumar do problema do que para a sua solução.

Alavancar a atividade económica afigura-se, no entanto, uma tarefa de assinalável dificuldade face ao quadro que se vive na União Europeia.

Tarefa em que teremos seguramente sucesso se cumprirmos com as metas propostas, lançarmos os programas adequados e levarmos em frente uma política de desenvolvimento assente em três objetivos fundamentais: Consolidação, Crescimento e Confiança.

No caso concreto de Alcochete, é tempo de zelar pelo nosso património comum, cuidar das finanças com rigor, racionalizar custos e passar a “usar tudo aquilo que já está feito”.

De resto, deseja-se que a sociedade civil e os empresários portugueses estejam à altura de responder aos desafios que se colocam para que a retoma seja uma realidade.

Só desta forma o país reiniciará uma rota de crescimento, poderá ultrapassar os desafios que temos pela frente.

Só deste modo as políticas de emprego terão o sucesso pretendido.

Não há outra forma de fazer as coisas.

Não há outra forma de dar futuro aos trabalhadores portugueses.

Não há outra forma de garantir maior prosperidade e mais coesão social.

Minhas senhoras e meus senhores.

Vivemos tempos difíceis.

Continuamos a viver tempos difíceis.

Temos de redobrar esforços e, tal como fizeram os militares de Abril, transmitir uma mensagem de confiança no futuro.

Recuperar os valores e o espírito da Revolução de Abril.

Perante as dificuldades, Portugal tem de ter o discernimento de aproveitar as janelas de oportunidade que os momentos de crise sempre apresentam.

Impõe-se continuar a inovar e reformar Portugal.

Hoje, mais do nunca, exige-se competência, transparência e seriedade aos nossos decisores políticos.

Só com uma postura íntegra e elevado sentido de missão podemos devolver o ânimo e a expectativa ao nosso povo.

Expectativa por um País melhor, por um Concelho melhor e por uma vida melhor para os nossos filhos.

Vou finalizar, formulando ainda um voto de esperança.

Esperança que no próximo ano ou nos próximos anos, quando aqui de novo se assinalar mais um aniversário da efeméride, a luz, que já se vai vendo ao fundo do túnel, seja mais visível e traga a todos nós Portugueses a possibilidade de um futuro mais radioso.

Portugal tem potencialidades, tem gente empreendedora, trabalhadora e solidária. Tem tudo para ser uma terra de progresso e prosperidade.

Eu, por mim, acredito e tenho esperança que seremos capazes de conquistar o nosso próprio futuro, como fomos capazes de conquistar o Mundo.

Também em Alcochete precisamos de olhar o futuro com esperança.

Porque a continuarmos como estamos podemos perder esse mesmo Futuro.